

RELATO DA REUNIÃO COM O CRUESP:

A reunião do dia 07/06 foi agendada para analisar a possibilidade de aumento do reajuste do mês de maio, que havia sido fixado em 46%.

O CRUESP informou que a Secretaria da Fazenda não prevê aumento de arrecadação de ICMS para maio e junho e que, conseqüentemente, o reajuste de maio não seria alterado. Em seguida, o CRUESP propôs que fossem mantidas as reuniões mensais para discutir os reajustes dos salários.

O Fórum manifestou-se, então, pela definição de parâmetros de uma política de recomposição salarial baseada no crescimento do ICMS. Foi acordada a aceitação desse princípio, embora o CRUESP não tenha aceito discutir a forma como isto seria feito, remetendo esta questão para as futuras reuniões mensais.

DATA-BASE:

A LUTA CONTINUA POR UMA POLÍTICA SALARIAL

LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias)

Após a reunião com o CRUESP, o Fórum reuniu-se e deliberou por uma atuação mais incisiva junto aos parlamentares da Assembléia Legislativa de São Paulo, visando a aprovação das emendas à LDO, que contemplam um aumento do repasse do ICMS para as universidades estaduais.

SUCESSÃO... EM TEMPOS DE "MODERNIDADE"

□ **Helena Costa Lopes de Freitas - FE/Unicamp**

A sucessão para a Reitoria teve início. Quem imaginou que a "modernidade" ou a "pós-modernidade" poderia trazer ventos novos a este evento, enganou-se.

A sucessão começa, obviamente, com uma campanha convencional, como estamos acostumados há 11 anos, desde os tempos do reitor Pinotti. Infalível e invariavelmente, 6 meses antes de aparecerem os nomes e iniciarem-se os debates, os reitores têm comparecido às Congregações das unidades para ouvir seus reclamos, em umas, e conceder solicitações pendentes há meses (quijá anos) à espera de um "sim", em outras.

Não pretendemos com isto afirmar que não tenha o sr. Reitor direito a fazer política. Afinal, esta é uma prática extremamente saudável, principalmente tratando-se de um dirigente universitário que, ainda que tenha sido nomeado pelo governo do estado, recebeu seus votos de parte desta comunidade universitária, a ela devendo, portanto, satisfações do cumprimento de suas propostas, de seu programa e das medidas levadas a efeito no período. Este é um direito do reitor, garantido pela edição de cada número do Jornal da UNICAMP e o UNICAMP Notícias.

Não é portanto, deste direito que estamos falando.

É de um outro direito. A diferença entre o direito público e o direito privado que em tempos de modernidade é tão bem lembrada parece haver sido deixada de lado neste episódio. Aliás a Universidade não tem, ultimamente, primado muito, no cumprimento e na defesa de alguns de nossos direitos individuais. Senão vejamos:

* há docentes com sobrecargas didáticas que extrapolam a norma estabelecida (3 cursos /12 créditos/docente/ano) porque não há como contratar docentes em substituição (lembramo-nos da norma dos 45% da verba);

* há normas que garantem afastamento de docentes para término de mestrado e doutorado, os quais, para cumprir a norma do Projeto Qualidade, não podem se afastar pelos mesmos motivos;

* há normas constitucionais que garantem direitos trabalhistas como gatilho, licença prêmio, incorporação de percentual por ano de cargo exercido e tantos mais, pelos quais, no entanto, vários docentes tiveram que acionar a justiça porque a universidade entende a norma de forma diferente.

Este não é, no entanto, o problema central sobre o qual queremos nos deter neste momento. Reafirmamos que não queremos negar o direito ao reitor de fazer política. Mas queremos ter o direito

de dizer de uma vez por todas um não a esta forma de fazer política, de reafirmar em alto e bom som que esta política nós não queremos. Nós a negamos durante anos.

Em primeiro lugar porque, sendo um legítimo direito, ela se caracteriza, neste momento em que tem início a sucessão para a reitoria (lembramo-nos também que estas presenças do reitor nas unidades sucedem a eleição para o CONSU quando a Chapa de oposição venceu integralmente a escolha dos titulares), como a manifestação de uma prática que, ao reforçar o clientelismo, nega o direito público a verbas e a condições de trabalho dignas. A cooptação para esta prática acaba estimulando ainda mais o clientelismo já que termina sendo atrativo, por parte das unidades "solicitar coisas" ao reitor - tudo, é claro -, em nome dos "interesses da unidade" e "da instituição".

Em segundo lugar, porque a inexistência de normas democráticas que garantam o amplo debate sobre a avaliação da administração - um direito e um dever público -, faz deste direito universal de fazer política um direito exclusivo do reitor Vogt, o de fazer, neste momento, a campanha do seu candidato à sucessão, uma vez que ele, e somente ele pode fazer uso do direito de falar o tempo que quiser em reuniões destes colegiados.

Neste momento devemos nos colocar, todos nós e cada Congregação, duas questões para reflexão:

1. Ser ouvido e ser atendido constituem-se em direitos inalienáveis da comunidade universitária: por que agora, após 3 anos de administração e mandato, o reitor comparece pessoalmente - e não apenas através de esporádicas visitas de seus pró-reitores - às unidades com o objetivo determinado de ouvi-las em seus problemas e falar sobre seu projeto de universidade?

2. Os outros candidatos que porventura existirão, terão os mesmos direitos de solicitar a presença e comparecer à Congregação de todas as unidades, divulgando seus projetos de universidade e ouvindo seus reclamos para comporem suas propostas? Ou será este um direito garantido apenas por quem usufrui, em determinado momento, dos benefícios do cargo e do poder?

Esta questão que diz respeito à forma pública, democrática e transparente de conduzir a universidade está a exigir um tratamento novo, revelador de uma nova forma não apenas de fazer política, mas de conceber o trabalho universitário, as relações sociais que aqui se estabelecem e o compromisso da universidade com o avanço científico e com o progresso e a transformação social.

Que bons ventos a levem... modernidade, e tragam o novo a esta universidade.

AGENDA

15/06/93 - 3a. FEIRA - 10:00h

Reunião do Fórum das Seis Entidades. Pauta: 1. Balanço da Campanha Salarial na Data-base/93; 2. Atuação junto à Assembléia Legislativa sobre a questão da LDO. Local: Sede da Adusp.

UNIMED

Os associados da Adunicamp, usuários dos serviços da UNIMED, poderão efetuar a troca de carteirinhas a partir do dia 30 de junho/93, na sede da Adunicamp. Maiores informações: ramal 7173 (Secretaria da Adunicamp).

NOTA DE PESAR

A Adunicamp comunica com pesar o falecimento do Prof. Vicente Julio Medina, ocorrido no último domingo, dia 13 de junho.

Medina era professor aposentado da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, onde atuava na área de Medicina Experimental. Foi contratado pela Universidade em 1973, tendo trabalhado, inicialmente, junto ao IFGW.

Seus funerais realizam-se hoje, 15 de junho, saindo o féretro da Capela Flamboyant para o Cemitério Acácias, onde será sepultado às 16:00 horas.

A Adunicamp estende aos familiares e à FCM seu pesar pela perda do colega.